

Política social e participação societária*

Social policy and societal participation

Carlos Montaña**

Resumo: O presente trabalho, produto de palestra apresentada no I Seminário da Metade Sul Sobre Políticas Sociais e II Encontro Sobre Controle Social (Universidade Católica de Pelotas, 04/10/2006), trata da questão da participação e as políticas sociais. Considera-se as lutas sociais como instrumento de conquistas das políticas sociais. Sendo assim, no atual contexto de crise, e de reestruturação neoliberal, o impacto social das lutas e movimentos sociais não consegue ampliar ou até preservar as conquistas anteriores. Vivemos um momento de reversão dos direitos adquiridos e de precarização das políticas sociais. Neste contexto, o papel ético-político dos assistentes sociais resulta relevante.

Palavras-chave: participação; lutas sociais; políticas sociais; serviço social

No presente trabalho, partirei de uma rápida consideração sobre as lutas sociais, ou lutas de classes, e suas articulações com as políticas sociais. Num segundo momento, vamos considerar o contexto de crise e as respostas do capital (sob hegemonia neoliberal), desenvolvendo um real processo de reestruturação capitalista. O terceiro ponto, dedicaremos às políticas sociais no atual contexto neoliberal. Aqui também pensaremos os desafios em torno das lutas sociais (e particularmente para o Serviço Social), para a reconstituição ou pela garantia da efetivação das políticas sociais que já foram conquistadas no plano constitucional, como horizonte imediato da ação política.

1. Algumas considerações sobre as lutas sociais, as lutas de classes e as políticas sociais.

Começaremos relacionando as lutas de classe e as políticas sociais.

Quero enfatizar que, ao que parece, há vários conceitos que particularmente na academia já perderam aparentemente a sua

* Palestra proferida no I Seminário da Metade Sul Sobre Políticas Sociais e II Encontro Sobre Controle Social. Universidade Católica de Pelotas, 04/10/2006.

** Doutor em Serviço Social. Professor e pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autor dos livros *A natureza do Serviço Social. Um ensaio sobre sua gênese, sua "especificidade" e sua reprodução* (Cortez, São Paulo, 2007); *Microempresa na era da globalização* (Cortez, São Paulo, 1999) e *Terceiro Setor e Questão Social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social* (Cortez, São Paulo, 2002). Coordenador da Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social (Cortez). Membro da Direção Executiva de ALAEITS.

efetividade. Pode-se notar que não se fala mais em “*lutas de classes*”, se usa o termo de “*lutas sociais*”; ou pior ainda, o de “*ações sociais*”. Também não se fala mais em “*exploração*”, se trabalha com o conceito de “*exclusão social*”. Isto remete a uma mudança de linguagem, onde se desenvolve uma luta ideológica; e assim podemos nos perguntar: que significa e a quem serve que não sejam mais consideradas as lutas de classes ou a exploração na generalidade das análises acadêmicas?

Vejam. Por um lado, no lugar das “*lutas de classes*”, parecem surgir como “*novidades*”, as lutas de gênero, lutas de sexualidade e de orientação sexual, lutas de raça, lutas de nacionalidades, lutas entre comunidades, bairros, ou até entre religiões, etc. Pareceria que as lutas de classes saíram do horizonte do pensamento, não apenas teórico como político, e que as demais contradições e conflitos existentes não tenham nenhum vínculo com a questão de classes.

Por outro lado, a categoria “*exploração*” remete a uma questão pontual: a relação entre capital e trabalho, basicamente no processo de produção, que não determina absolutamente tudo, mas que condiciona todas as relações sociais.

Só que, se todas as relações sociais são pautadas pela categoria de exploração, elas não são totalmente explicadas apenas por esta categoria. Porém, hoje é lugar comum usar o conceito de “*exclusão social*”, como sendo um termo mais abrangente; e por ser abrangente substitui-se aquela categoria por este conceito. Ora, este termo, justamente por ser mais abrangente, é menos explicativo. Todos os conceitos, quanto mais se aplicarem a mais coisas, menos explicam as coisas particulares. A categoria exploração só se aplica a uma relação particular (entre capital e trabalho, no espaço fundamentalmente produtivo), e que numa sociedade capitalista perpassa por todas as relações, mas não as esgota.

Pensemos, então, para responder a nossa questão - que significa e a quem serve esta mudança conceitual -, devemos considerar como se resolve a “*exclusão social*”. “*Exclusão*” se resolve com “*inclusão*”. Podemos ter “*inclusão digital*”, “*inclusão cultural*”, “*inclusão à educação*”, “*inclusão pela dança*”, etc. Assim, podemos claramente conceber uma sociedade capitalista com inclusão. Perfeitamente, aliás, podemos pensar nisto tanto teórica quanto historicamente; não apenas podemos conceber teoricamente uma sociedade capitalista com inclusão, como também observamos na história, nos países da Europa Central, no contexto nos chamados “*Estados de bem-estar social*”, como uma sociedade extremamente capitalista com importantes projetos de inclusão social.

Porém, por outro lado, consideremos como se resolve a “*exploração*”? Só com a superação da ordem do capital. Aqui não podemos, nem teórica, nem historicamente, conceber uma sociedade capitalista sem exploração. Vejam; se a inclusão é possível dentro da sociedade capitalista, a eliminação da exploração necessariamente implica a superação da ordem.

Desta forma podemos agora considerar nossas questões: a quem serve que não se tratem mais as lutas de classes? a quem serve que não se considere mais a exploração e sim a exclusão social?

Dentro deste marco, então, é que vamos considerar as políticas sociais no contexto das lutas de classes.

Em primeiro lugar, apontemos que a política social representa sim interesses hegemônicos do capital produtivo. Fundamentalmente num regime de expansão capitalista industrial/comercial, ou produtivo/comercial, e basicamente no contexto de expansão do regime que Harvey (1993) chama de fordista/keynesiano - aquilo que alguns chamam de “Estado de bem-estar social”, que nos países latino-americanos são chamados de “populismo”, ou eu diria, de desenvolvimento industrial/nacional, com todos os limites que todas estas denominações têm. O desenvolvimento de políticas sociais responde a uma necessidade da expansão industrial, e a um forte processo de demandas e lutas de classes. Isto é, a política social é um instrumento de um projeto hegemônico do capital num contexto de expansão industrial permeado pelas lutas de classes. Tem assim uma funcionalidade heterogênea e contraditória (cf. Faleiros, 2000, p. 59 ss e Pastorini, *in* Montaño, 2007, p. 69 ss), que, a efeitos didáticos, poderemos dividir em 3 aspectos:

Neste sentido, tem primeiramente uma *função social*, relacionada às respostas estatais às demandas e necessidades da classe trabalhadora (empregada ou não), sobre as refrações da “questão social”. Apresenta assim um aspecto de conquista destes setores, porquanto são respostas a pressões, ou “antecipações estratégicas” (Netto, 1992, p. 29).

Tem, a Política Social, assim, por um lado, uma *função econômica* – isto é, primeiramente tanto para produzir e reproduzir a força de trabalho apta a ingressar massivamente ao mercado e mais barata para o capital, (a educação pública, a saúde pública, diversos instrumentos de política social estatal), quanto, em segundo lugar, para tornar a classe dos trabalhadores em consumidora – quer dizer, num contexto de expansão industrial o capital precisa não apenas engajar o trabalhador na produção de mercadorias, na produção de mais valia, precisa-se ainda engajar o trabalhador no consumo, para a própria realização da mais valia -, torna-se necessário desenvolver ações sociais, políticas sociais, vinculadas à educação, saúde, previdência etc.

Por outro lado, elas têm uma *função política* - as políticas sociais contribuem para a pulverização das lutas de classes, para a transformação ou o retiro das lutas de classes da contradição capital/trabalho e da esfera produtiva, passando da esfera efetivamente econômica, transferida agora para a esfera política, para o âmbito estatal, para as demandas da esfera do mercado. Isto é, não seriam mais demandas de lutas operadas na contradição existente no espaço produtivo, na contradição capital/trabalho, na lógica ou na relação de exploração, mas agora são transferidas para as demandas da população “usuária” ou da população carente dirigidas agora ao Estado, no âmbito do mercado, para obtenção

de condições de consumo, ou para obtenção através dos serviços públicos. E isto claramente tende à desarticulação e pulverização das lutas de classes, inclusive à sua despolitização, na medida em que as retira da contradição fundante entre capital/trabalho, da relação de exploração e a transforma numa carência ou necessidade pessoal, levando a demandas por serviços. Servem por tanto, para a legitimação da ordem¹.

Assim, a política social é um instrumento hegemônico do capital, num contexto de expansão industrial. Mas a política social, numa segunda determinação, é tensa e contraditoriamente fundada nas lutas de classe e, portanto, representam também em parte conquistas das classes trabalhadoras - isto é, se há um grau de funcionalidade central na política social no contexto da expansão industrial, há também um relativo grau de conquistas dos trabalhadores.

Desta forma, podemos pensar em políticas sociais universais, direito de cidadania, etc., inspiradas no modelo fordista/keynesiano; porém isto se dá num contexto histórico determinado. Em primeiro lugar, num contexto sob hegemonia do capital industrial. Em segundo lugar, num contexto de expansão capitalista - o que Mandel (1982) chama de “onda longa expansiva” -, e de crescimento da produtividade, onde o excedente econômico seja tal que permite o resultado econômico suficiente como para financiar estas políticas sociais. Isto é, só podemos pensar em políticas sociais afinadas aos interesses do capital num contexto de expansão econômica (fundamentalmente industrial), onde haja um excedente econômico tal, que permita, mantendo amplas taxas de lucro, financiar estas políticas sociais. Em terceiro lugar, num contexto onde a organização e as lutas das classes trabalhadoras existem no sentido de ampliação dos direitos destas classes.

2. O contexto de crise e as respostas do capital

É somente neste quadro histórico que nós podemos pensar em políticas sociais, não como algo natural do Estado, mas como algo historicamente determinado a partir das lutas de classe, mas que não ferem os interesses hegemônicos da classe capitalista.

Isto posto, este quadro histórico muda radicalmente no contexto atual. Efetivamente, a partir de 73, a sociedade capitalista entra numa crise - não a crise do Estado de bem-estar social, não a crise produção fordista, não a crise da modernidade, não a crise da sociedade industrial, mas uma crise estrutural do regime capitalista. Instaura-se, portanto, uma crise que rebate em todos aqueles aspectos das relações, instituições e das regulações, típicos do regime anterior: o Estado de “bem-estar social”, o regime fordista de produção, a relação de assalariamento (“por tempo”, cf. Marx, 1980: I, 2: 642) característica desse regime.

Assim, esse regime fordista/keynesiano entra numa fase de crise, que rebate nas crises do Estado, da produção fordista, do emprego ou

¹ Ver Borgianni e Montão, 2000.

salarial, e se processa então, uma significativa mudança dos padrões de acumulação e da regulação social; porém, mantendo evidentemente a estrutura de uma sociedade capitalista, com a sua característica claramente monopolista

Então, mantendo-se a essencialidade - a exploração, o monopólio, o controle de trabalho -, a sociedade se reestrutura para enfrentar, do ponto de vista da lógica e dos interesses do capital, este novo contexto de crise estrutural. E é assim que se desenvolve a *ofensiva neoliberal*, que é a resposta do capital para este quadro de crise, e que busca justamente reestruturar o regime de acumulação tipicamente fordista/keynesiano de acumulação e de regulação, em três frentes básicas (Montaña, 2002).

Em primeiro lugar o *combate ao trabalho*: o projeto neoliberal não condiz com lutas de classes, não suporta direitos trabalhistas, não suporta a participação das classes trabalhadoras, demandas e pressões. Este projeto não comporta, como no regime fordista/keynesiano, incorporar algumas das demandas das classes trabalhadoras; precisa desmontar aquelas conquistas históricas das classes trabalhadoras: nas leis trabalhistas, nas políticas sociais, etc. Mas também, e fundamentalmente, se desmonta a estrutura e o poder sindical. Concomitantemente, tende-se a desprestigiar perante a opinião pública toda medida de luta sindical: a exemplo disso, as greves são tratadas como algo que atenta contra os interesses da população, da própria população que é também trabalhadora. Pode-se ver que hoje não se fala mais de direitos trabalhistas, mas sim em “direitos do consumidor”.

O segundo pilar do modelo neoliberal é a *reestruturação produtiva*. Isto é, uma radical transformação do processo de produção tipicamente fordista, que incorpora agora as formas flexíveis do toyotismo (Antunes, 1995). Estratégias como o “enxugamento” ou a externalização de diversas áreas da produção e serviço, antes internos da indústria, agora passam para fora, numa relação de sub-contratação ou de terceirização.

E, finalmente, o terceiro pilar do neoliberalismo é a chamada reforma, na verdade a *(contra-)reforma do Estado* (Behring, 2003), com todo o processo de privatização, ajuste estrutural, e a precarização dos gastos sociais, o que consideraremos a seguir.

3. As Políticas Sociais no contexto neoliberal, e a “nova participação social”

Neste item, consideraremos como as políticas sociais se desenvolvem ou se expressam no atual contexto neoliberal, que é radicalmente diferente do anterior, apesar de manter claramente a estrutura e a dinâmica capitalistas. Em primeiro lugar, no contexto de crise capitalista atual, o crescimento econômico é insuficiente para manter as políticas sociais universais, conservando a expectativa da taxa de lucro do capital. Este é um contexto de relativa escassez de produtividade se comparada ao contexto anterior fordista/keynesiano.

Em segundo lugar, a lógica da acumulação capitalista é basicamente financeira, mais que industrial. Só para dar dois rápidos exemplos:

1) A expansão industrial precisa de taxas de juros baixas, tanto para ampliar a produção (as empresas precisam de créditos para comprar novas máquinas, comprar mais matérias-primas, etc.), como também para ampliar o consumo. Enquanto isso, a expansão sob a lógica financeira precisa de juros muito altos, porque é dos juros que acumula o capital financeiro.

2) O segundo exemplo, em contexto expansão de capital produtivo remete à necessidade de um “engajamento” da classe trabalhadora; em três níveis: *a*) em primeiro lugar, precisa-se “engajar” a classe trabalhadora como *produtora*, e, portanto, torna-se necessário construir instrumentos que permitam, com baixos custos para o capital, reproduzir a força de trabalho: são as políticas sociais e serviços sociais, a educação, a saúde públicas, os subsídios, etc.; *b*) em segundo lugar, precisa-se “engajar” a classe trabalhadora enquanto *consumidora*; aqui surge a necessidade de sistemas de previdência, de aposentadoria, ou seja, de políticas sociais que permitam à classe trabalhadora liberar salário para o consumo; *c*) em terceiro lugar, “engajar” a classe trabalhadora no *processo político-econômico*: que a classe trabalhadora se sinta pertencente e representada nos seus interesses pelo sistema, o que diminui a conflitividade social. Isto que é estruturalmente necessário ao capital num contexto de expansão produtivo-comercial, passa a ser fortemente desnecessário num contexto de crise e expansão financeira. Vejamos que não estamos falando de “objetivos humanos”, como se o capitalista produtivo fosse mais humanitário do que o dono de um banco; não se trata de ações pessoais; estamos falando da lógica da acumulação. Assim, paralelamente à precarização dos serviços públicos, o que assistimos é, permanentemente, ano após ano, um novo recorde de algum banco sobre o lucro do ano anterior. Isto é estruturalmente assim, até porque com a precarização dos serviços sociais, desinteressantes para o capital financeiro, é também da diminuição do financiamento nessas áreas que se gera o superávit primário para pagar as mais altas taxas de juros como o Brasil remunera o capital financeiro. Este é um novo quadro.

Mas há uma terceira questão, que é a diminuição do impacto social das lutas das classes trabalhadoras. Primeiramente, a classe trabalhadora vive um processo de desarticulação, pulverização e descrédito das organizações e das lutas das classes – por exemplo, o camelô não sente que seus interesses são concordantes com os interesses do trabalhador de uma loja em frente e vice-versa, eles não se vêem como trabalhadores como os que representam os mesmos interesses, se vêem como concorrentes. A pulverização das lutas, as demandas pontuais retiradas da contradição capital-trabalho, o desprestígio já tratado rapidamente, das organizações e lutas trabalhistas, há por outro lado uma crise dos movimentos sociais, uma crise de adesão, uma crise de legitimidade, uma crise de condições financeiras.

Desta forma, se no contexto anterior (anos 60 a 70) as ONG's atraíam recursos internacionais para América Latina e vinculavam-se aos Movimentos Sociais – sendo, portanto, as ONG's, claros e importantes atores coadjuvantes desses Movimentos Sociais –, no atual contexto neoliberal, isso muda radicalmente. Até meados da década de 1980, recursos financeiros internacionais destinam-se para a América Latina; era até estruturalmente necessário ao projeto capitalista mundial, pois era preciso desenvolver o mercado econômico (de produção e consumo) desse subcontinente. Era um projeto do grande capital.²

Os recursos destinados para a América Latina, não constituíam “presentes”, mas ao contrário, eram necessários para transformar o mercado produtivo e de consumo da América Latina, num mercado desenvolvido. Uma vez operada parcialmente esta mudança, e com a queda do chamado bloco socialista, ou bloco soviético, cuja metade do planeta não capitalista passa a ser incorporada ao mercado capitalista, - o que configura a “mundialização do capital” (Chesnais, 1996), tratada ideologicamente como “globalização” - boa parte dos recursos de “cooperação” internacionais passam a ter como destino fundamental o Leste Asiático, para financiar as mudanças de condições para adequar este mercado ex-soviético às necessidades do mercado capitalista mundial. Diminuem, assim, os recursos para América Latina, e com isto as ONG's começaram a viver a dificuldade de obtenção de financiamento. Assim, estas precisam incorporar uma nova lógica, a lógica da captação de recursos. E, para isto, as ONG's entram num novo processo: de coadjuvantes importantes dos movimentos sociais, passam necessariamente a promoverem parcerias com o Estado ou com o Capital. Isto porque agora precisam do Estado, dos governos neoliberais, ou do capital para obterem suas fontes de financiamento, o que exige às ONGs a se adaptarem às condições das instituições que fornecem este dinheiro, seja o governo neoliberal, seja a empresa capitalista ou instituição financiadora. Assim, a relação embrionária entre ONG e Movimento Social – este último definindo a missão, enquanto a ONG atrai o financiamento - se desfaz. O Movimento Social (nos anos 90) entra em crise e a ONG se transforma em parceira do Estado ou do capital.

Neste contexto temos novas determinações da participação social. Agora esta última, que já foi tratada justamente como fundamental para a constituição das políticas sociais - como instrumento que pressiona, que demanda, que conquista políticas, direitos e serviços sociais - agora *a participação social se opera sob novas bases*. É a participação no âmbito do chamado “terceiro setor”, onde a representatividade de interesses da classe trabalhadora e dos setores subalternos foram substituídos pelas ONG's, com usas novas determinações, e seu novo papel social. Portanto, Movimentos Sociais, classe operária, interesses e demandas das classes trabalhadoras, ficam em segundo plano e o que aparece agora em

2 Aí surge, na nossa profissão, o Desenvolvimento da Comunidade, assim como também aparecem as ONG's no sub-continente latino-americano.

primeiro lugar é a suposta representatividade de uma mistificada “sociedade civil” (como o habermasiano “mundo da vida”) pelas ONG’s. Representatividade que está em questão, porque pela própria posição de dependência das ONG’s pelo capital ou pelo Estado neoliberal, esta tem que produzir projetos para serem financiados, adequados aos interesses, não da população alvo, mas do capital ou governamentais (mesmo que responda, de forma focalizada, pontual e transitoriamente à população alvo).

Se pensarmos, quem representa a “sociedade civil” nos Conselhos? As ONG’s. Quem representa a “sociedade civil” no espaço público, no jornais, etc.?. As ONG’s. Parece que as ONG’s são portadoras da representatividade dos interesses das classes trabalhadoras, agora transmutadas em interesses da “sociedade civil”. Porém, ilegitimamente: em primeiro lugar, porque na medida em que a *autonomia* das ONGs e sua *vinculação com os setores sociais estão em questão*, a sua representatividade está também em questão. Num segundo lugar, há a *eliminação de antagonismos e contradições e das lutas de classe*, agora transmutadas em parcerias e consensos inter-classistas – o “consenso” habermasiano, produzido pela ação comunicativa, não o gramsciano, resultado de contradições e disputas pela hegemonia, segundo correlação de forças. Em terceiro lugar, a *dependência financeira* das ONG’s pelo Estado e pelo capital.

Assim, esta “nova participação” (ou esta participação social sob novas bases) se desenvolve num contexto de crise estrutural, de novas necessidades do capital (numa lógica financeira), de uma hegemonia do capital financeiro, numa hegemonia neoliberal, e que têm rebatimentos nas políticas sociais: a des-universalização das políticas sociais; a transferência da central responsabilidade constitucional do Estado para o “terceiro setor” e o mercado; a transformação dos direitos do cidadão em “benefícios” ao pobre e a precarização das políticas sociais; a segmentação do conceito unívoco de cidadania constitucional no conceito neoliberal do “cidadão cliente” e do “cidadão usuário”; o retorno à clássica separação entre o “pobre” (ou, na verdade, o trabalhador desempregado ou subempregado) e o trabalhador, com políticas diferenciadas (para o pobre, determinadas políticas de assistência enquanto benefício, para o trabalhador, políticas de saúde, de previdência, etc., como se pobre e trabalhador pertencessem a classes diferentes); a transformação do sistema keynesiano, de “solidariedade sistêmica”, para uma ação social fundada no voluntariado e na solidariedade individual e local.

Com todos estes conjuntos de transformações no âmbito da política social, a partir do novo quadro e da nova lógica de participação social - desgarrada, retirada dos interesses e das contradições políticas e econômicas de classe e tornada agora, numa relação de parceria entre as ONG’s (como representantes do “terceiro setor”) e o Estado (com governos neoliberais) ou as classes capitalistas -, a “nova participação” é descaracterizada das lutas de classes e até das lutas sociais. A “ação

social” é agora a consigna: “participação é ação social” - participamos como alunos da escola, participamos do Programa Criança Esperança, participamos como voluntários à serviço da escola onde a filha está, ou participamos como voluntários para financiar alguma ação, a partir de uma empresa.

Participamos, não lutamos.

Não há, neste conceito, lutas de classes, não há sequer lutas sociais, não há contradições econômicas, sequer há contradições políticas; há “*consensos*”.³

Para concluir, este novo quadro nos convoca enquanto classe, enquanto uma profissão (formada por trabalhadores, por usuários das políticas sociais, por cidadãos possuidores de direito constitucional), mas também e fundamentalmente por sermos uma profissão embrionariamente vinculada à implementação das políticas sociais (o que significa nosso mercado de trabalho, o que significa a nossa legitimação e o que significa que nos desenvolvemos num espaço tenso e contraditório). Por tudo isto, nós estamos num contexto extremamente desafiador. É portanto preciso retomar, no horizonte imediato, as políticas sociais enquanto políticas universais, direito de cidadania, tal como reza a Constituição.

Para a retomada imediata disto é preciso, e não há mágica nisso, primeiro, uma *mudança na correlação de forças*, imprimindo maior impacto às lutas das classes trabalhadoras e subalternas, reassumindo de novo, em segundo lugar, uma luta a partir das contradições e interesses antagônicos. Esta luta resulta imprescindível para garantir a Seguridade Social constitucional, e nisso se engaja com a nossa profissão, no marco de um projeto ético-político profissional. Isto é, na organização do nosso coletivo profissional em torno de valores, de comportamentos, de princípios éticos, de ações necessárias para serem desenvolvidas, de orientações para a nossa prática profissional, que permitam, enquanto profissão, contribuir neste processo de retomada, de explicitação dos interesses antagônicos para mudança da correlação de forças, para fazer ressurgir, com forte impacto social, os interesses das classes trabalhadoras, como interesses contrários às classes capitalistas, e rompendo esta lógica (ideológica) da parceria dos supostos objetivos em comum que levam à absoluta despolitização, alienação e adequação da participação social aos interesses atuais, hegemônicos do capital financeiro.

Abstract: This study, presented at the I Social Policy Seminar of the Southern Half and the II Encounter on Social Control (Universidade Católica de Pelotas, Oct. 04, 2006), analyzes participation and social policy. Social struggle is seen as a means to achieve social policies. In the current context of crisis and neoliberal restructuring social movements are not able to expand or even maintain previous achievements. This is a period of loss of acquired rights and

3 O “consenso” habermasiano (não gramsciano), onde supostamente as diferentes classes sociais coincidem nos mesmos objetivos.

regression in social policy. This increases the importance of the ethical-political role of the social worker.

Keywords: participation; social struggle; social policy; social work

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez-Unicamp, 1995.

BEHRING, Elaine. *Brasil na contra-reforma*. São Paulo: Cortez, 2003.

BORGIANNI, E. y MONTAÑO, C. (orgs.) *La Política Social hoy*. São Paulo: Cortez, 2000

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

FALEIROS, Vicente de Paula. *A Política Social do Estado Capitalista*. São Paulo: Cortez, 2000.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Parte II. São Paulo: Loyola, 1993.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. Col. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. *O Capital*. (Crítica da Economia Política) - Livro I, 2 vols. *O processo de produção do capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e questão social*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *A Natureza do Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.